

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.091 - RS (2019/0129324-5)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**AGRAVANTE : GATRON INOVACAO EM COMPOSITOS S.A**  
**ADVOGADOS : MÁRCIO LOUZADA CARPENA - RS046582**  
**VALTERNEI MELO DE SOUZA E OUTRO(S) - RS061042**  
**AGRAVADO : MUNICIPIO DE PASSO FUNDO**  
**PROCURADOR : CAROLINE CASTELLANI THANS SEGANFREDO E**  
**OUTRO(S) - RS050676**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Fls. 2.393/2.404e - Trata-se de Agravo Interno (art. 1.021, do CPC) interposto contra decisão monocrática de minha lavra, mediante a qual, o Recurso Especial não foi conhecido, com fundamento nas Súmulas 211 do Superior Tribunal de Justiça e 735 do Supremo Tribunal Federal (fls. 2.375/2.383e).

**Feito breve relato, decido.**

Em juízo de retratação, consoante o disposto no § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil, verifica-se o desacerto da mencionada decisão, razão pela qual de rigor sua reconsideração, a fim de que, oportunamente, o recurso seja novamente analisado.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **GATRON INOVAÇÃO EM COMPOSITOS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento de Agravo de Instrumento , assim ementado (fls. 2.243/2.255e):

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO. CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL. PRAZO PARA CONCLUSÃO DA OBRA. TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA NA ORIGEM.**

*1. A concessão da tutela de urgência de natureza antecipatória exige o preenchimento dos requisitos previstos no art. 300 do Novo Código de Processo Civil, os quais não restam configurados, sendo indispensável ampla dilação probatória para elucidação da espécie. A tutela de urgência como meio de litisregulação, exige, em alguns casos, a fim de que se busque solução satisfatória para resolução definitiva do conflito, que a medida seja alcançada no fim do processo principal. Entendimento doutrinário.*

2. Não bastasse deixar de concluir a obra em tempo hábil, a própria empresa agravante indicou novo prazo à municipalidade, ocorrendo a extensão/dilação, e novamente deixou de concluir a importante obra, que envolve educação infantil da comunidade de Passo Fundo.

3. Havendo-se de sopesar, fundamentalmente, a opção pelo mal menor, indubitavelmente reconhece-se-o como o fato de a agravante despende com o custo do retorno à execução da obra. O mal maior é a completa deterioração dos materiais já empregados e o dispêndio de verba pública a fim de alcançar à comunidade a conclusão da escola, fato que já deveria ter ocorrido há quase dois anos.

4. A multa (astreinte) tem como escopo dar efetividade à própria decisão judicial. Trata-se, pois, de medida coercitiva cuja destinação é pressionar a parte a cumprir a decisão, não tendo qualquer cunho de reparação dos prejuízos decorrentes do não atendimento da ordem. Com relação ao valor da multa, é assente o entendimento de que o magistrado deve guiar-se pela proporcionalidade. A fixação não pode ser baixa a ponto de desestimular o devedor do cumprimento da medida e nem tão alta que caracterize o enriquecimento sem causa da parte. Reduzido o valor da multa diária para o caso concreto. Precedentes desta Corte.

5. Inexiste obrigatoriedade de enfrentamento direto quanto a todos os dispositivos legais invocados pelo recorrente, bastando a solução da controvérsia.

**DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.**

**UNÂNIME.**

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos arts. 139, IV, 536 e 537, do Código de Processo Civil de 2015, alegando-se, em síntese, que "é mais do que evidente que não faz sentido manter uma medida de cunho coercitivo se o destinatário do comando judicial não está descumprindo a ordem deliberadamente, mas porque efetivamente não possui meios de fazê-lo. Tanto é assim que a própria lei se encarrega de autorizar o juiz, quando constata que a medida não foi cumprida por motivo justo, a excluí-la, inclusive de ofício" (fl. 2.278e).

Com contrarrazões (fls. 2.302/2.310e), o recurso foi inadmitido (fl. 2.313/2.319e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em Recurso Especial (fl. 2.363e).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 2.371/2.373e.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do

provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Sobre as astreintes, o tribunal de origem apreciou a questão através um juízo de proporcionalidade, conforme se extrai dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 2.250/2.251e):

*No que atine à multa (astreinte), todavia, melhor sorte socorre a agravante.*

*Com efeito, a astreinte tem como escopo dar efetividade à própria decisão judicial. Trata-se, pois, de uma medida coercitiva cuja destinação é pressionar a parte a cumprir a decisão, não tendo qualquer cunho de reparação dos prejuízos decorrentes do não atendimento da ordem.*

*(...)*

*A norma, com a nova redação, autorizou o magistrado a impor multa por tempo de atraso, revelando-se, como referem Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery 3, mais uma alternativa para a efetividade do processo.*

*Com relação ao valor da multa, é assente o entendimento de que o magistrado deve guiar-se pela proporcionalidade. A fixação não pode ser baixa a ponto de desestimular o devedor do cumprimento da medida e nem tão alta que caracterize o enriquecimento sem causa da parte.*

*Para a situação dos autos, portanto, reduzo o valor da multa de R\$10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 1000,00 (hum mil reais) por dia de descumprimento e fixo como limite 30 dias-multa, eis que a celeuma presente repousa justamente na frágil condição financeira da empresa agravante, não havendo utilidade prática em asseverar a sanção pecuniária portanto.*

*Destarte, a reforma da decisão tão somente para reduzir o valor da astreinte, é medida que se impõe.*

Quanto à alegação de fixação de valor exorbitante da multa diária ante a incapacidade técnica e financeira da empresa, rever o entendimento do Tribunal de origem,

com o objetivo de acolher a pretensão recursal de reduzir o valor, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nessa linha:

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DA MULTA COMINATÓRIA. PRECEDENTES. ASTREINTES. VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

1. "Segundo entendimento do STJ, após a vigência da Lei n.

11.232/2005, é desnecessária a intimação pessoal do executado para cumprimento da obrigação de fazer imposta em sentença, para fins de aplicação das astreintes" (AgRg no REsp 1441939/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/5/2014).

2. Em regra, na via especial, não é cabível a revisão do valor fixado pelas instâncias ordinárias a título de multa diária por descumprimento da obrigação de fazer, ante a impossibilidade de análise de fatos e provas, conforme a Súmula 7/STJ. Contudo, a jurisprudência desta Corte admite, em caráter excepcional, que o quantum arbitrado a título de astreintes seja alterado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se verifica na espécie.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 636.133/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/10/2016, DJe 21/11/2016)

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PRISÃO DE ESTRANGEIRO. DIREITO À ASSISTÊNCIA CONSULAR. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FALTA DE COMUNICAÇÃO DA PRISÃO AO CONSULADO. ÔNUS DA PROVA E VIOLAÇÃO DO ART. 461 DO CPC. OBRIGAÇÃO DE FAZER. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA.**

1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que aferir se as provas são suficientes ou se o recorrido desincumbiu-se de seu ônus probatório, para análise de eventual violação do art. 333 do CPC, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos

*autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ.*

*2. Relativamente ao art. 461 do CPC, a jurisprudência desta Corte pacificou o entendimento de que a apreciação dos critérios previstos na fixação de astreintes implica o reexame de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte. Excepcionam-se apenas as hipóteses de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso. Precedentes.*

*3. Quanto à interposição pela alínea "c", este tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.*

*Agravo regimental improvido.*

(AgRg no AREsp 845.931/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/03/2016, DJe 15/03/2016).

*In casu*, impossibilitada a majoração de honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, porquanto não houve anterior fixação de verba honorária.

Posto isso, nos termos do § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil, **RECONSIDERO** a decisão de fls. 2.375/2.383e, restando, por conseguinte, **PREJUDICADO** o agravo interno de fls. 2.393/2.404e, e com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora